

As Relações Internacionais como Disciplina Acadêmica

Guilherme Gondin Ozias, 5º período

No decorrer do dia, lendo o jornal ao acordar, acessando a internet ou assistindo televisão, nos deparamos com notícias de fatos internacionais, como os intermináveis conflitos no Oriente Médio e a situação instável da América Latina. Normalmente tais eventos passam despercebidos, como informações de rápida divulgação e consumo, faltando um real conhecimento sobre os dilemas que provocam essas crises e suas conseqüências. Contudo, nos últimos anos essa situação parece estar mudando. Diante da Globalização e da impossibilidade de isolamento de um Estado, os assuntos internacionais passaram a ter importância equivalente a qualquer outro problema político ou econômico local. Para dar conta desta realidade, uma matéria específica tem ganhado importância e vem crescendo significativamente no Brasil no Mundo: as Relações Internacionais.

O estudo das relações internacionais tem sua origem nos primórdios da humanidade, ainda quando as comunidades tribais pré-históricas buscavam uma relação com os vizinhos mais próximos, os impérios com os povos próximos às fronteiras ou ainda a Grécia, através de suas cidades-repúblicas.

Passos adiante, as Relações Internacionais resultam da própria prática do exercício do comércio, dos atos de guerra ou religiosos, se fortalecendo com os tratados e acordos firmados pela própria convivência, fazendo surgir o direito dos povos. Nesta época, os aspectos que envolviam os relacionamentos entre os povos eram circunstanciais, informais e já protecionistas, uma vez que se preocupavam mais com a segurança diante de possíveis inimigos.

Durante a Idade Média, as Relações Internacionais tomam uma nova forma com a evolução do Estado, alcançando sua soberania e poder, pela própria influência da Igreja e seus papas sobre os príncipes da época.

O século XV marca uma importante evolução pela Europa, quando a figura do Estado nacional se consolida com o início das alianças políticas, fruto das Relações Internacionais que se intensificavam. As inovações proeminentes no transcorrer do

período moderno trouxe à reflexão a necessidade de incluir, no âmbito dos estudos e objetos de análise, as Relações Internacionais como ciência autônoma e independente. Entretanto, até chegar neste ponto, outros conhecimentos as antecederam, como o Direito Internacional, a História da Diplomacia, a Diplomacia propriamente dita e a História dos Tratados.

Contudo, o marco inicial para Relações Internacionais na área do conhecimento acadêmico, é considerado o fim da 1ª guerra mundial, quando surge em 1919, numa Universidade do País de Gales, Reino Unido, a cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional. Estamos, portanto, diante de uma ciência secular, porém com organização acadêmica recente. Os grandes centros de estudos e pesquisas das Relações Internacionais são os Estados Unidos, o Reino Unido e a França. Tem-se, ainda, no ambiente da Europa Ocidental, algumas outras escolas de relativa importância, a exemplo da Alemanha, Suíça e Itália. Porém, a produção científica hegemônica na área parte dos três grandes centros primeiramente citados.

Contudo, se no mundo as RI, enquanto disciplina, é jovem, no Brasil está ainda na infância. Só temos notícia dos primeiros cursos de Relações Internacionais no Brasil a partir do início da década de 1980 e, desde esse momento até o final da década de 1990, tais cursos estavam circunscritos aos eixos Sul, Sudeste e Centro Oeste. No âmbito das regiões Norte e Nordeste, tal realidade só chega no final da década de 1990 e a Faculdade Integrada do Recife – FIR constitui uma das poucas pioneiras na região a implantar tal curso. Hoje em Recife, além da FIR, o curso é oferecido pela Faculdade Damas e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo este último voltado para a Ciência Política, apenas com uma ênfase em Relações Internacionais.

Estar atualizado sobre os acontecimentos mundiais e saber analisá-los com exatidão é algo imprescindível no cotidiano de trabalho de um profissional de relações internacionais. Além disso, é importante que o profissional tenha conhecimento de vários idiomas, ampliando seu poder comunicação e relacionamento.

Em entrevista ao Jornal 'O Globo', o Embaixador Fernando Reis fala sobre o campo de atuação do internacionalista: "São muitas as oportunidades. É essa exatamente a natureza de um curso de RI: abrangência e flexibilidade, já que cobre um leque de conhecimento amplo e abre perspectivas em História, Direito, Economia,

Ciência Política, sem falar da própria matéria-alvo, os assuntos internacionais. Quem quer fazer carreira acadêmica tem várias opções de pós-graduação. Em termos de mercado de trabalho, um bacharel em RI pode atuar em empresas públicas e privadas e organismos internacionais, prestar concursos públicos de nível superior ou seguir a carreira diplomática.”

Apresentando o leque de opções no mercado para o profissional de RI, temos a diplomacia como a escolha mais tradicional. Até o início da década de 1950, no pós 2ª guerra mundial, o internacionalista tinha sua atuação voltada, fundamentalmente, para o exercício da diplomacia no âmbito do Estado, que constitui, em linhas gerais, na política externa. Contudo, não está limitada apenas ao âmbito dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados-Nacionais, havendo também carreiras diplomáticas nos Organismos Internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas – ONU, no plano mundial, bem como a Organização dos Estados Americanos – OEA, no plano regional do Hemisfério Americano. Há ainda uma outra possível atuação, em Representações Diplomáticas, tais como Embaixadas e Consulados de países que possuem relações exteriores com o Estado Brasileiro e que constitui um segmento de atuação profissional para o internacionalista.

Contudo, ao longo das últimas décadas, o profissional das relações internacionais vem assumindo um perfil de dinamicidade impressionante. Ou seja, o internacionalista vem ampliando suas atribuições, bem como sua esfera de atuação no mundo.

Um outro setor disponível é o da iniciativa privada, que vem apresentando uma ampliação no que diz respeito às oportunidades de atuação profissional. Empresas transnacionais, firmas de consultoria internacional, escritórios de comércio exterior, instituições financeiras nacionais e multinacionais cada vez mais, tem ofertado postos de trabalho para o internacionalista, especificamente.

Por último temos um terceiro setor, que constitui a sociedade civil organizada, representado pelas Organizações Não Governamentais – ONG's, Partidos Políticos, Sindicatos, Entidades Eclesiais - as Igrejas que representam as várias religiões e credos - dentre outras instituições, que vêm solicitando, crescentemente, a presença do profissional internacionalista para atuar na viabilização dos seus projetos, que cada vez

apresentam maior abrangência no contexto internacional. Logo, percebe-se pelo que foi exposto anteriormente, que a profissão tem perspectivas concretas de atuação.

Sintetizando todas as áreas, podemos ver que a lista é grande e não faltam oportunidades para o profissional de RI:

Área diplomática: Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Justiça; Organismos Internacionais (ONU, OEA, OMC, OMS, UNESCO, UNICEF etc.). Área empresarial: Empresas industriais e comerciais, de importação e exportação; corretoras de seguro e câmbio; departamentos de câmbio e carteiras internacionais de instituições financeiras; empresas de transportes/logística e liberação de carga; ETN's – Empresas Transnacionais; escritórios de comércio exterior. Área de planejamento Entidades não-governamentais de prospecção, normatização, controle e apoio técnico (sociedade civil organizada internacional). Exemplos: Organizações não-governamentais de Alcance Transnacional – ONGATs, Internacionais político-partidárias, Centrais Internacionais Sindicais, Igrejas etc. Área acadêmica: Ensino, pesquisa, extensão, estágios supervisionados, orientação de monografias, coordenação de cursos de graduação e de pós-graduação (lato e stricto sensu), membro de Conselho Editorial e atuação em cursos técnicos. Área de editoração: Elaboração de documentos técnicos para empresas, jornais, revistas e livros especializados.

Por ter uma formação bem generalizada, a profissão permite atuar em diversos campos. No entanto, para se colocar no mercado a pessoa deve escolher uma especialização, afirmam especialistas da área.

“Há diversos profissionais formados em outros cursos que desempenham a função de Relações Internacionais. O mercado é bastante competitivo, é preciso ter um diferencial para disputar bem uma vaga”, avalia o professor Alcides Vaz, vice-coordenador do curso da UnB.

Denise Gregory, diretora executiva do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), cita a necessidade de especialistas em países. “Há uma demanda enorme. No Brasil não se encontra profissionais que saibam muito sobre a China ou a Argentina, por exemplo,”. Segundo ela, os cursos de graduação tendem a também procurar um foco. “No Paraná há uma universidade que é mais voltada para a

área agrícola”, diz. A graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, criou um núcleo para estudar a Argentina.

Não há dados precisos sobre o número de graduados na área no país nem tampouco sobre piso salarial, pois a profissão não é regulamentada por lei, nem conta com uma entidade de classe que a represente. Estima-se que o setor público pague melhor. Uma pessoa que entra no curso de diplomacia do IRBr, por exemplo, recebe cerca de R\$ 6 mil.

Apesar de ter sido colocada sob xeque por alguns estudiosos, o termo "relações internacionais" foi amplamente aceito pela maioria, para denominar as relações entre Estados formados por uma ou mais nação. Relações interestatais, relações interculturais e relações intergovernamentais foram algumas das propostas apresentadas, porém inaceitáveis.

Os termos usados neste campo diferem de acordo com o país e até mesmo com nível de abrangência que os envolvem . Na França, aceita-se "estudos internacionais", que abarcam temas relevantes como sociologia, psicologia, política, etc. Já nos EUA, cunha-se política exterior e política internacional, sendo que a primeira obedece rigorosamente o limite de relação que um Estado tem para com outros Estados, irrelevando a sociedade internacional. A segunda avança para uma relação mais abrangente, digamos, relações interestatais.

Portanto, o termo "Relações Internacionais" tem sido aceito nas comunidades acadêmicas internacionais, visto que dela são estratificados estudos específicos e correlatos, bem como investigações e discussões teórico-metodológicas.

Por falta de convergência científica, o processo de consolidação dos estudos teóricos no campo das relações internacionais na América Latina iniciou-se tardiamente, visto que as preocupações da comunidade latina estavam voltadas para as ingerências e influências de países, como Estados Unidos, e para a dívida externa; e quando o foco das discussões era integração, dependência e ingerência, os pensamentos se diferenciavam, "ocasionando fortes dificuldades de conexão e enquadramento entre os respectivos temas".

Entretanto, os programas de Relações Internacionais, apesar de recentes, se expandiram rapidamente na América Latina. Instituições como o Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México e do Instituto de Estudos Internacionais da

Universidade do Chile, a despeito das dificuldades financeiras e de recursos humanos enfrentados, mantêm-se firmes na relação entre pesquisa e docência, confirmando a grande importância do tema nas instituições acadêmicas em nível internacional.

No Brasil, a Universidade de Brasília foi pioneira na institucionalização do estudo das Relações Internacionais ao criar o primeiro Bacharelado no país, em 1974, valendo-se da privilegiada posição geográfica da instituição, que permitia acessar os acervos de bibliotecas públicas do Itamaraty, Congresso e Embaixadas; e com a colaboração de diplomatas, detentores de notório saber e domínio da área.

Apesar de o Brasil não possuir tradição nas relações internacionais, o próprio avanço e maturidade ocorridos em sua estrutura política, social e econômica nos últimos anos, acompanhando a tendência mundial, impulsionaram diversas instituições a criarem cursos voltados para a área, hoje num total de 60 autorizados pelo MEC.